



Demonstrações Contábeis

Rua Clementino Câmara, 234 • Barro Vermelho • CEP 59030-330 • Natal/RN • Brasil • Tel: 84 4006.1600 • www.caccdurvalpaiva.org.br

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

R\$ 1.00			
ATIVO	NOTA	2016	2015
CIRCULANTE		649.826	627.281
Caixa e Equivalentes de caixa	4	555.586	332.817
Convênios a Receber	5	62.358	260.308
Outros Créditos	6	23.179	21.020
Despesas Antecipadas		8.704	13.136
NÃO CIRCULANTE		4.462.846	4.522.158
DEPÓSITOS JUDICIAIS		-	2.878
Depósitos Judiciais		-	2.878
IMOBILIZADO	7	4.460.737	4.516.835
Bens imóveis		4.280.781	4.280.781
Bens móveis		2.070.860	1.977.787
(-) Depreciação Acumulada		(1.890.904)	(1.741.733)
INTANGÍVEL		984	1.320
Software ou Programas de Informática		1.679	1.679
(-) Amortização Acumulada		(695)	(359)
COMPENSAÇÃO ATIVA		1.125	1.125
Bens em Comodato		1.125	1.125
TOTAL DO ATIVO		5.112.672	5.149.439

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

R\$ 1.00			
PASSIVO	NOTA	2016	2015
CIRCULANTE		937.746	1.131.823
Fornecedores		98.139	109.760
Obrigações com Empregados	8	243.600	237.924
Obrigações Tributárias - Retenções		1.407	1.299
Recursos de Convênios em Execução	9	215.853	448.364
Provisões Trabalhistas	8	356.765	302.041
Outras Obrigações		13.638	10.571
Contas a pagar		6.874	15.950
Consignação a Pagar		1.470	5.915
NÃO CIRCULANTE		21.155	8.123
Processos Judiciais	10	20.030	6.828
Receita Financeira a apropriar		-	170
Compensação Passiva		1.125	1.125
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	4.153.772	4.009.493
Patrimônio Social		4.033.685	4.052.442
Superávit/Déficit do Exercício		120.087	(42.948)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.112.672	5.149.439

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS SUPERÁVITS/DÉFICITS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

R\$ 1.00			
DISCRIMINAÇÃO	NOTA	2016	2015
RECEITA OPERACIONAL		4.821.257	4.621.410
Com Restrição	12	306.810	276.859
Sem Restrição	13	4.514.448	4.344.551
CUSTOS OPERACIONAIS	14	(3.581.376)	(4.024.192)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		1.239.881	597.218
DESPESAS OPERACIONAIS		(1.024.493)	(1.307.527)
Administrativas		(52.695)	(100.609)
Manutenção da casa		(724.110)	(890.172)
Depreciação e amortização		(149.348)	(167.835)
Despesas Tributárias		(1.073)	(733)
Despesas com veículos		(97.267)	(137.887)
Encargos Sociais		-	(10.291)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		(14.080)	717.159
Isenções Usufruídas	15	-	733.276
Perdas Eventuais		(14.080)	(16.117)
RESULTADO FINANCEIRO		(81.221)	(49.788)
Despesa Financeira		(121.940)	(84.606)
Receita Financeira		40.719	34.807
DÉFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		120.087	(42.948)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

R\$ 1.00				
DISCRIMINAÇÃO	Ref. Nota	ATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERÁVIT/DÉFICIT	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2014		3.701.540	338.832	4.040.372
Incorporação do Déficit do exercício anterior		-	-	-
Ajustes de Exercício anterior	11.1	-	12.069	12.069
Resultado do Exercício de 2015		-	(42.948)	(42.948)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		3.701.540	307.953	4.009.493
Incorporação do Superávit Acumulados		-	-	-
Ajustes de Exercício anterior	11.1	-	24.191	24.191
Resultado do Exercício de 2016		-	120.087	120.087
Saldo em 31 de dezembro de 2016		3.701.540	452.232	4.153.772
Mutações do Período		-	144.279	144.279

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

R\$ 1.00		
DISCRIMINAÇÃO	2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit/Déficit do Exercício	<u>120.087</u>	<u>(42.948)</u>
Ajustes do Exercício anterior	24.191	12.069
Depreciação/Amortização	149.507	160.717
Superávit/Déficit Ajustado	293.785	129.838
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes	200.224	(18.088)
Valores a Receber	197.950	(60.575)
Adiantamentos	2.273	42.488
Aumento (Diminuição) nos Ativos Não Circulantes	2.878	22.446
Depósitos Judiciais	2.878	22.446
Aumento (Diminuição) nos Passivos Circulantes	(194.077)	121.388
Fornecedores de bens e serviços	(11.621)	(5.069)
Obrigações com Empregados	5.676	28.711
Obrigações Tributárias	109	560
Provisões trabalhistas	54.724	52.733
Recursos de Projetos	(232.510)	37.667
Outras Obrigações	(1.032)	-
Contas a pagar	(9.077)	6.879
Consignações a pagar	(346)	(83)
Aumento (Diminuição) nos Passivos Não Circulantes	13.032	(57.233)
Processo Judicial	13.022	(56.846)
Receita Financeira a apropriar	(170)	(386)
Fluxo de Caixa Atividades Financeiros	-	(82.417)
Empréstimos Bancários	-	(82.417)
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	315.841	198.362
Fluxo de Caixa Atividades Investimentos		
Acréscimo do Imobilizado	(83.073)	(160.771)
Acréscimo do Intangível	-	(1.679)
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimentos	(83.073)	(162.450)
Aumento/(redução) do Caixa e equivalentes de caixa no período	222.768	(46.505)

DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	332.817	379.323
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	555.586	332.817
Varição das Disponibilidades	222.768	(46.505)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CASA DE APOIO CRIANÇA COM CANCER DURVAL PAIVA, fundada em 01 de agosto de 1996, com inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas em 11 de janeiro de 1999, é uma Associação Civil sem fins lucrativos de caráter social-filantropico, com personalidade jurídica de direito privado registrada no CNAS – CONSELHO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, tendo por objetivo assistir no acompanhamento do tratamento em Natal, o menor, o adolescente e o adulto com câncer, de família reconhecidamente pobre; abrigar, sem quaisquer ônus em sua casa no regime de pousadas com alimentação e dormida, o paciente doente e um acompanhante; fornecer tanto quanto possível medicamentos indicados ao tratamento do paciente assistido; desenvolver atividades de laser adequada ao estado dos assistidos; esclarecer e promover palestras, eventos de cunho social, educativo e relacionado a saúde para os hóspedes e comunidade.

2. APRESENTAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), em consonância com a ITG 2002 e NBC TG 07 e com as disposições contidas na regulamentação determinada pelo Decreto 8.242 de 23 de maio de 2014 que regulamenta a Lei no 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social, e da escrituração das demonstrações financeiras dessas entidades, e com a legislação complementar no que lhe é aplicável.

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada pelo método indireto de acordo com a Norma Contábil NBC TG 03.

As Demonstrações Contábeis, incluindo as Notas Explicativas, estão apresentadas adotando-se como expressão monetária a “unidade de reais” sendo apresentados de forma comparativa ao exercício anterior. A Diretoria Executiva da Entidade autorizou a emissão das Demonstrações em 23 de março de 2017.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 – Caixa e Equivalentes de Caixa – Esses valores são classificados de acordo com a ITG 2002 em recursos sem restrição e recursos com restrição, conforme descrito e apresentado na nota 4.

3.2 – Convênios a Receber – são registrados em conformidade com a NBC TG 07 e representam os valores a receber de Entes Particulares e Governamentais decorrentes dos Convênios firmados com a Entidade.

3.3 – Ativos e Passivos Circulantes – os ativos estão demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, todos representados por direitos e obrigações de curto prazo.

3.4 – Ativo Imobilizado – Demonstrado ao custo histórico para os bens adquiridos a partir de 1º janeiro de 1996, e os anteriores, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

3.5 – Recursos de Convênios em Execução – Representam a obrigação assumida pela Entidade decorrente dos recursos recebidos de contribuições e subvenções governamentais, ou de entes privados com destinação específica, para realização no exercício subsequente, conforme objetos específicos pactuados. São reconhecidos com base na ITG 2002, e NBC TG 07, onde a contrapartida desta obrigação encontram-se nas disponibilidades da Instituição classificados como recursos com restrição, e/ou em “Convênios a Receber”.

3.6 – Apuração do Superávit/Déficit – o resultado é apurado pelo regime de competência, incluindo os rendimentos financeiros incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não-circulantes, bem como os efeitos de ajustes de ativos para o valor de realização, quando aplicável.

3.7 – Doações – as doações recebidas para projetos específicos são registradas no passivo circulante, conforme descrito na nota 3.8, e revertidas ao superávit conforme a execução dos projetos. As doações não específicas são destinadas ao custeio normal das operações, registradas diretamente no resultado como receitas de doações, pelo efetivo recebimento.

3.8 – Receitas com Restrições – representam no resultado do exercício, a realização dos recursos recebidos de entidades governamentais, ou entes particulares, reconhecidas como receitas no superávit à medida que os recursos recebidos são aplicados nos fins contratados nos respectivos Termos de Convênios firmados com a Instituição nos moldes da NBC TG 07.

APRESENTAÇÃO ANALÍTICA DOS PRINCIPAIS GRUPOS DE CONTAS

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os saldos de caixa, bancos, aplicações e fundos de investimentos de liquidez imediata e são demonstrados ao custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do balanço. Os recursos sem restrições são recursos próprios da Instituição, oriundos das receitas de doações, enquanto os recursos com restrições referem-se a valores recebidos através de Convênios e Projetos a serem aplicados nos objetos específicos conveniados entre as partes.

Descrição	2016	2015
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	555.586	332.817
Caixa	4569	1216
Bancos - Recursos sem restrições	1.683	6.190
Bancos - Recursos com restrições	113	2.530
Aplicações Financeiras - Recursos sem restrições	134.097	96.578
Aplicações Financeiras - Recursos com restrições	415.124	226.304

5. CRÉDITOS A RECEBER

Representa os valores a receber de Entidades Privadas ou Entes Governamentais decorrentes da formalização contratual de Termos de Convênios ou de Projetos Assistenciais pactuados com a Instituição assim discriminados:

Descrição	2016	2015
Instituto Ronald Mc Donald - Projeto Diagnóstico Precoce	-	35.140
Instituto Ronald Mc Donald - Projeto Vida	-	156.946
Fundação ABRINQ	-	135
Criança Esperança - Projeto Viva a Leitura	5.190	36.329
Convênio SETHAS	-	3.398
Instituto Lojas Renner - Projeto Festejar	-	28.360
Convênio Sethas 006/2016	57.168	-
TOTAL	62.358	260.308

6. OUTROS CRÉDITOS

São representados na sua maior relevância pelos saldos de adiantamentos a empregados e a terceiros, conforme descrito:

Descrição	2016	2015
Adiantamentos a Empregados	22.168	20.668
INSS a recuperar	395	-
Estoque	56	120
Adiantamentos a Terceiros	560	233
TOTAL	23.179	21.020

7. ATIVO IMOBILIZADO

No exercício de 2016, a Entidade deu início a implantação do controle patrimonial dos seus bens, incluindo o inventário e tombamento dos itens físicos identificados, procedendo seu registro e controle de forma eletrônica. Os valores do ativo imobilizado apresentados no balanço patrimonial deste exercício, ainda não foram ajustados conforme o levantado efetuado, tendo em vista a necessidade de adequação destes controles no que se refere aos parâmetros de registros dos bens quando a sua classificação nos grupos específicos, cálculo da depreciação, e efeitos ocasionados pela transferência de localização dos itens.

Em conformidade com a NBC TG 01 (R3) – Resolução 1292/10 do Conselho Federal de Contabilidade, a entidade efetuou o teste de recuperabilidade de seus bens imóveis, pelo critério de valor de mercado, através de profissional habilitado, contratado para este fim. O valor contábil líquido desses ativos, em confronto com o valor do laudo apresentado pelo perito, não apresentou indicativo de perda por seu valor recuperável, não sendo necessária a constituição de provisão para perda por desvalorização.

Em 31 de dezembro de 2016, o ativo imobilizado apresenta a seguinte composição e movimentação:

Descrição	Taxa de Depreciação	Custo Histórico em 31/12/15	Adições	Baixas	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido em 31/12/2016	Imobilizado Líquido em 31/12/2015
Bens Imóveis		4.280.781	47.178	- 47.178	(499.156)	3.781.625	3.824.763
Edifícios e construções	4%	3.202.332	47.178	(47.178)	(52.610)	3.149.722	3.149.722
Bens Móveis	4%	1.078.449	-	-	(446.546)	631.903	675.041
Bens Móveis		1.977.787	120.953	- 27.880	- 1.391.748	679.112	692.022
Instalações	10%	29.293	-	-	(26.267)	3.026	3.444
Máquinas e equipamentos	10%	169.619	-	-	(55.955)	113.664	130.626
Móveis e utensílios	10%	401.587	46.228	(27.880)	(243.596)	176.449	183.795
Veículos	20%	597.257	-	-	(417.146)	180.111	202.676
Equipamentos de Informática	20%	262.953	74.725	-	(193.233)	144.444	87.048
Utensílio de Copa/Cozinha	10%	757	-	-	(757)	-	0
Equipamentos Odontológicos	10%	27.400	-	-	(18.150)	9.250	11.990
Equipamentos Hospitalares	10%	68.954	-	-	(68.954)	0	4.206
Lavanderia	10%	14.075	-	-	(14.075)	-	-
Beneficóreas	10%	405.792	-	-	(353.616)	52.176	68.287
Imobilizados em andamento							
TOTAL		6.258.568	168.131	(75.058)	(1.890.904)	4.460.737	4.516.835

8. OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS E PROVISÕES TRABALHISTAS

Tratam-se de obrigações de natureza salarial decorrentes das relações contratuais com empregados, seus respectivos encargos sociais retidos em folha e provisões de férias, conforme descrito:

Descrição	2016	2015
OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS E PROVISÕES TRABALHISTAS		
Salários a Pagar	182.184	175.589
Encargos Sociais	61.416	62.335
TOTAL	243.600	237.924
Provisões Trabalhistas		
Provisões de Férias	327.251	279.421
Provisões de Férias - Encargos	29.514	22.620
TOTAL	356.765	302.041
TOTAL DE OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS E PROVISÕES TRABALHISTAS	600.364	539.964

9. RECURSOS DE CONVÊNIOS EM EXECUÇÃO

Referem-se ao reconhecimento da obrigação de execução de projetos em decorrência de recurso de convênios já recebidos ou a receber das seguintes Instituições/Projetos:

Descrição	2016	2015
Instituto Ronald Mc Donald - Projeto Vida	-	157.347
Instituto Ronald Mc Donald - Projeto Diagnóstico Precoce	43.408	77.759
ABRINQ	-	135
Criança Esperança	88	53.110
CONSEC - Projeto Semeando Vidas	18.576	35.478
Fundação Capitania das Artes - Projeto Coral Bem Viver	-	28.377
Projeto Classe Hospitalar - CONSEC	20.580	20.979
Convênio SETHAS	-	4.404
Instituto Lojas Renner - Projeto Festejar	-	70.776
Convênio SETHAS 006/2015 - Energia	57.168	-
Projeto Viver Feliz	31.034	-
Projeto Semeando o Amanhã	45.000	-
TOTAL	215.853	448.364

10. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS – PROCESSOS JUDICIAIS

As contingências passivas são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes. Conforme critérios definidos na Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 25 do Conselho Federal de Contabilidade.

De acordo com as informações dos nossos assessores jurídicos, em 31 de dezembro de 2016, não existem passivos contingentes de natureza cível ou tributária, havendo Ações Trabalhistas no valor de R\$ 20.030, classificadas como perdas prováveis.

11. PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social é composto pelos valores de constituição da CASA DE APOIO CRIANÇA COM CANCER DURVAL PAIVA, ajustado pelos resultados acumulados de cada exercício encerrado, conforme definido na ITG 2002.

11.1. Ajustes de Exercícios Anteriores

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade se utilize de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. No exercício de 2016, não houve mudança de política contábil, de critérios ou mudança de tratamento contábil, porém houveram retificações de registros, decorrentes do não reconhecimento tempestivo das transações ou em decorrência de obrigações ou pendências documentais, originada em exercícios passados cuja conclusão ocorreu apenas neste exercício, dentre as quais valores com fornecedores, tributos e imobilizado conforme demonstrativo a seguir:

AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	Exercício 2016	Exercício 2015
Acerto adiantamento de empregados	-	853
Estorno de Provisão Indevida	24.191	4.098
Estorno de Depreciação Indevida	-	7.118
TOTAL	24.191	12.069

12. RECEITAS COM RESTRIÇÕES

São reconhecidas quando da aplicação dos recursos dos projetos e convênios nos seus objetos específicos, conforme definido na nota 3.8. No exercício de 2016 houveram receitas dos seguintes projetos e convênios.

Descrição	2016	2015
Instituto Ronald - Projeto Vida	1.645	82.891
Instituto Ronald - Diag. Precoce	691	16.261
Abrinq	-	5.638
Fundação Volkswagen - Projeto Viva Cultura	-	41.420
Criança Esperança - Projeto Viva a Leitura	53.252	30.256
Projeto Coral Bem Viver	26.593	6.954
Projeto Semeando Vidas	19.064	1.510
Projeto Classe Hospitalar	1.433	14.330
Convênio Sethas	1.041	50.744
Instituto Lojas Renner - Projeto Festejar	44.754	9.681
Campanha McDonald 2015	35.160	17.175
Projeto Viver Feliz	19.955	-
Convênio Sethas - 006/2015	63.152	-
Projeto Florescer - Fundação BB	40.070	-
TOTAL	306.810	276.859

13. RECEITAS SEM RESTRIÇÕES

Se constituem na sua maior relevância por recursos recebidos de doações, sendo reconhecidas no resultado do exercício no efetivo recebimento, em conformidade com a ITG 2002, ou quando da aplicação dos recursos de projetos ou premiações que não possuem objeto específico. No exercício de 2016 houveram receitas na seguinte composição:

Descrição	2016	2015
Doações Avulsas	66.856	48.076
Doações Telemarketing	4.417.592	4.296.474
Prêmio "Todos por um Brasil"	30.000	-
TOTAL	4.514.448	4.344.551

14. CUSTOS OPERACIONAIS COM ASSISTÊNCIA SOCIAL

Descrição	2016	2015
Salários e Ordenados	2.914.155	2.766.841
Encargos Sociais	341.785	1.003.621
Projeto Festejar	34.613	6.570
Projeto Vida	101.946	137.425
Campanha Diagnóstico Precoce	6.114	4.143
Projeto Semeando Vidas	296	603
Projeto Abrinq	3.546	5.128
Projeto Bovespa	151	57
Projeto Viva a Cultura	-	23.444
Projeto Criança Esperança	23.922	12.036
Projeto Coral Bem Viver	19.460	2.447
Projeto Classe Hospitalar	4.858	11.135
Convênio Sethas	370	50.744
Convênio Sethas 006/2015 - Energia	63.773	-
Projeto Viver Feliz	20.652	-
Projeto Semeando o Amanhã	5.663	-
Projeto Florescer Fundação BB	40.070	-
TOTAL	3.581.376	4.024.192

15. CERTIFICAÇÃO ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Entidade faz jus ao Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, por atender aos requisitos previstos na Lei 12.101/2009 e no Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, tendo sua certificação renovada através da portaria 94/2015, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, publicada no Diário Oficial da União em 31/08/2015, com validade até 22 de agosto de 2020.

16. ISENÇÕES COM CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em cumprimento ao disposto na Resolução CFC Nº 1409/12, ITG 2002 – Entidades Sem Finalidades de Lucros apresentamos os valores das isenções de contribuições previdenciárias, decorrente da condição de Entidade Beneficente de Assistência Social Certificada. Considerando a alteração ocorrida na referida norma, ITG 2002 (R1), os valores dos exercícios de 2016 não foram reconhecidos no resultado dos exercícios, sendo apenas divulgados em notas explicativas.

Descrição	2016	2015
Contribuições Previdenciária	767.663	733.276

17. EVENTOS SUBSEQÜENTES

Até a data da autorização para a emissão dessas demonstrações financeiras, não há evidência de ocorrência de eventos subsequentes relevantes, relacionados com a Casa de Apoio a Criança com Câncer Durval Paiva, que possam ter efeito relevante em suas demonstrações financeiras.

Natal (RN), 31 de dezembro de 2016.

Rilder Flávio de Paiva Campos
Diretor Presidente

José Luís Leiros Cunha
Contador CRC/RN 5574

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Senhores
Diretores e Conselheiros da
CASA DE APOIO A CRIANÇA COM CANCER DURVAL PAIVA
Natal/RN

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da CASA DE APOIO A CRIANÇA COM CANCER DURVAL PAIVA que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de superávit ou déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas

contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CASA DE APOIO A CRIANÇA COM CANCER DURVAL PAIVA em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000, e com a Resolução nº. 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade – ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros.

Base para opinião com ressalva

No exercício de 2016, a CASA DE APOIO A CRIANÇA COM CANCER DURVAL PAIVA deu início o processo de implantação do controle patrimonial dos seus bens, sendo concluído o inventário e tombamento dos itens, assim como o seu registro eletrônico em sistema. Entretanto, os valores dos bens patrimoniais apurados, ainda não se encontram alinhados para fins de conciliação com os registros contábeis, tendo em vista a necessidade de adequação dos controles implementados, assim como dos parâmetros de registros dos bens, quanto a sua classificação, depreciação e movimentação. Portanto, não estamos em condições de opinar, como não opinamos, sobre o saldo R\$ 4.460.737 apresentado no ativo imobilizado, e sobre os possíveis efeitos que levantamento patrimonial ocasionará, no resultado do exercício e consequentemente no Patrimônio Social da Entidade, quando da sua conciliação com registros contábeis.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à CASA DE APOIO A CRIANÇA COM CANCER DURVAL PAIVA de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1.000, e com a Resolução nº. 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade – ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da CASA DE APOIO A CRIANÇA COM CANCER DURVAL PAIVA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CASA DE APOIO A CRIANÇA COM CANCER DURVAL PAIVA são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos

procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Natal/RN, 23 de março de 2017.

CASS AUDITORES E CONSULTORES S/S
Auditores independentes
CRC/RN 0113/0

Edilúzia Araújo de Oliveira
Contadora
CRC/RN nº 5067/0

Mariana Guerra Marinho
Contadora
CRC/RN nº 7246/0